

O pós-Cúpula sobre a Sociedade de Informação

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (www.wsis.org) chegou ao fim, após sete anos de seu nascimento conceitual, na Conferência de Delegados Plenipotenciários da UIT – União Internacional de Telecomunicações, em Mineápolis, em 1998. Foi a diplomacia tunisiana quem propôs a realização dessa que foi a 15ª Cúpula das Nações Unidas desde sua fundação. Como “inventores”, sediaram sua segunda fase, no Kram Palais de Tunis, entre 16 e 18 de novembro último, após a primeira, em Genebra, de 10 a 12 de dezembro de 2003.

Em junho de 2001, o Conselho da UIT aprova o projeto. Em dezembro, a Assembléia Geral da ONU abraça a realização do World Summit on the Information Society – WSIS (ou “uáissis”, no jargão dos participantes), criando o Comitê de Organização, sob Kofi Annan e principais organismos internacionais. Em julho de 2002, na primeira reunião oficial, em Genebra, Adama Samassekou, do Mali, é designado para chefiar os preparativos. Pela primeira vez, sociedade civil e setor privado são admitidos como stakeholders em uma cúpula. Do Brasil, participaram o embaixador Seixas Correa, o diplomata Guilherme Patriota, Elizabeth Gomes (pela Anatel), Paulo Lima (RITS) e Paulo Protasio (RITLA).

Foram duas dezenas de reuniões preparatórias (PrepComs), centenas de outras reuniões, milhares de documentos protocolados, milhões de horas de trabalho de diplomatas, agentes públicos, “ongueiros” e representantes do setor privado de 170 países do mundo. O custo direto dos eventos está estimado em mais de 40 milhões de dólares, pouco se comparado aos indiretos, ou tudo o que foi mobilizado em recursos financeiros, econômicos e humanos nesses anos todos, algo em torno de um bilhão de dólares, sem contabilizarmos as políticas,

projetos e investimentos inspirados e induzidos nesse processo.

Como resultado, infelizmente pouco. A Declaração de Princípios e o Plano de Ação, resultantes do processo, repetem platitudes metafísicas e boas intenções intangíveis de outras declarações dessa natureza. Concentrar esforços e atenções nas discussões sobre governança da internet ofuscou outras questões, talvez mais importantes, principalmente quanto a paradigmas de inclusão digital, obsolescência tecnológica e universalização dos benefícios das TICs. No final, comemorou-se, como vitória, a decisão de se continuar discutindo governança, por meio de um fórum específico, multissetorial, sem poderes deliberativos.

Desde o princípio, o Brasil foi uma das vozes mais ouvidas. Sob coordenação do Itamaraty,

no âmbito do Grupo de Trabalho

Interministerial para a CMSI, o País se destacou por suas posições e capacidade de liderança, a cargo dos diplomatas

Marília Sardenberg, Antonino

Marques Porto, José Marcos Viana e Cristiano Berbert. Vale também

destacar a participação do ministro Gilberto Gil, que agitou Tunis, e de José

Alexandre Bicalho (Anatel),

Rogério Santanna (Ministério

do Planejamento), Álvaro

Albuquerque (RITLA e

Sebrae-RJ), Magali Pazello (Rede

DAWN) e representantes de nossa querida Camara-e.net.

Agora, no pós-Cúpula, nossa maior missão é empenhar-nos na eleição do próximo secretário-geral da UIT – União Internacional de Telecomunicações (www.uit.org), em novembro, em substituição ao japonês Yoshio Utsumi, cargo para o qual o brasileiro Roberto Blois, atual vice, é o principal candidato. **EPB**



Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
cid.torquato@camara-e.net